



# Anais da Assembleia

N.º 74

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1984.

ANO X

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 068.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1984.

(Quinta-Feira).

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Nelson Vasconcellos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n.º 104/84, que estabelece concessão de direito real de uso para terras públicas urbanas e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Sadalla Azzis Domingos, ocorrido no último dia 13 de agosto de 1984.

Nascido em 19 de dezembro de 1933, Sadalla Azzis Domingos deixa viúva a Senhora Claudete Domingos, além dos filhos Sofia e Sadalla Azzis Domingos Júnior.

Empresário de sucesso, o falecido era acionista do Moinho Unidos Brasil Mate e da Moageira de Trigo Irati.

Figura muito popular em União da Vitória e Porto União, Sadalla Azzis Domingos foi presidente do Club Apólo durante 15 anos, tendo sido reeleito 4 vezes. Foi também presidente da Guarda Mirim de Porto União da Vitória. Esportista e empreendedor, foi o idealizador, fundador e presidente do Ginásio de Esportes Sadalla Azzis Domingos - o conhecido Sadalão. Idealizou, também, o Club de Campo Apolo. Quando da realização dos 1.ºs Jogos Abertos de Santa Catarina, em Porto Vitória, foi presidente daqueles jogos abertos. Em suas atividades, vamos encontrar a de presidente do Clube Concórdia de Porto Vitória.

Político atuante, foi vereador em Rio Azul, tendo exercido a função de presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Geremias Tomadon, residente na Municipalidade de Campo Mourão.

Não poderia deixar de requerer o devido e justo registro nos Anais desta Casa de Leis, do falecimento do Senhor Geremias Tomadon, pessoa muito conhecida no seio da sociedade mourãoense como ex-funcionário bancário e como Gerente da Algolin-Algodoeira Limoeirense Limitada, como jogador de boxa (tendo sido campeão de diversos torneios), mas acima de tudo, como homem honrado e sério.

Portanto, o seu desaparecimento deixa os mourãoenses enlutados, pois perde-se um profissional competente, preocupado com as questões de interesse geral. Geremias Tomadon era natural de Sertanópolis, tendo chegado à Campo Mourão em 1964, onde além de suas atividades profissionais, deixa sua esposa

a Senhora Maria Nelma Tomadon três filhos, sendo duas meninas e um menino.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Alírio Trombini, ocorrido recentemente na Municipalidade de Campo Mourão.

O surgimento de Campo Mourão deveu-se especialmente pela labuta dos seus pioneiros que se instalaram naquela região atraídos pelas características da vegetação, da qual extraíam a madeira; do solo, cujo teor fértil permitiu o aparecimento das primeiras áreas de cultivo agrícola.

Campo Mourão cresceu, atingindo estágio dos mais expressivos na economia do Estado do Paraná assim como a nível nacional, em face das riquezas existentes.

Graças ao pioneirismo das primeiras famílias é que tais realidades conjunturais foram possíveis. Dentre as famílias, sem dúvida alguma, que se destaca os irmãos Trombini, que há mais de trinta anos se instalaram naquela região, ajudando a desenvolvê-la, através de sua imprescindível participação nos diversos setores da sociedade.

Portanto o desaparecimento de um dos seus integrantes, o Senhor Alírio Trombini, que veio de Colorado, Estado do Rio Grande do Sul (onde nasceu) no ano de 1952, desenvolvendo suas atividades profissionais como marceneiro.

Não poderia, neste sentido, deixar de requerer o devido registro nos Anais desta Casa, o falecimento do Senhor Alírio Trombini, como forma de reconhecer a sua presença na história da cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, nos termos regimentais, REQUER a constituição de Comissão Especial, composta de cinco membros, destinada a opinar a respeito do Projeto de Resolução n.º 130/84, que institui o novo Regimento Interno da Casa.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado um voto de congratulações ao Capitão da Seleção Brasileira de Futebol, Ademir Kaefer e sua família, pela brilhante conquista da medalha de prata nas Olimpíadas de Los Angeles, consubstanciado no texto em anexo.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

#### CONGRATULAÇÕES AO CAPITÃO DA SELEÇÃO OLÍMPICA DE FUTEBOL

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome do povo paranaense, parabeniza o toledano Ademir Kaefer, Capitão da Seleção Olímpica de Futebol pela brilhante conquista da medalha de prata nas Olimpíadas de Los Angeles.

Acreditamos que a equipe de futebol do Brasil soube, com garra e determinação, engrandecer o nome de nossa pátria, superando todas as dificuldades impostas pela atual estrutura esportiva brasileira, caracterizada pela desorganização, pela falta de incentivo, ausência de apoio material e financeiro aos atletas e o escasso intercâmbio técnico com outros países. Isto porque, infelizmente, ainda prevalece no Brasil o interesse de grupos e de cartolas acima dos ideais esportivos.

Por outro lado, os paranaenses sentem-se honrados com o grande desempenho do craque toledano, capitão de nossa seleção, que contribuiu enormemente para elevar o nosso Estado no cenário esportivo nacional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente da República, João Figueiredo, pedido de providências no sentido de apresentar a supressão do Decreto 2.065, que trata da atual política salarial.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Quando aprovado, o Decreto 2.065 tinha a precípua finalidade de ajustar a política salarial nacional às exigências de retração inflacionária do Fundo Monetário Internacional. O tempo passou, aliás, um tempo muito curto, e as implicações de cunho violentamente recessivo se fizeram sentir na sociedade brasileira, pela contenção do poder de compra do trabalhador, afetando, por essa via, o processo produtivo da nossa indústria e causando o emperramento do setor terciário. Por outro lado o Governo vem onerando os ganhos de salário com elevadas taxas de Imposto de Renda, ainda adicionando-se os efeitos semelhantes causados pelo acréscimo das taxas de contribuição previdenciária, que passaram, a ser escalonadas a partir de 1981, afora outras medidas semelhantes que não cabe aqui analisar, todas em detrimento da valorização quantitativa salarial.

Medida governamental sempre alvo de críticas que, ora o evidenciavam, ora refluíam e que tem sido, no momento atual, objeto das mais veementes manifestações de desagrado em relação aos seus efeitos até mesmo de altos setores do Governo Federal, tais como Ministros e do Poder Legislativo, anotando-se aí, nomes que tentaram manifestar um mínimo

de credibilidade para com o Poder Executivo, votando pela sua implantação e que hoje abrem baterias, com justeza, contra tal decreto.

Mas, também importante agora, ao lado dos trabalhadores, está o reclamo das classes produtoras quanto à sua eficácia, manifestando o repúdio por uma legislação coercitiva que só contribui para a corrosão do poder aquisitivo da classe média, que é possuidora da maior faixa de população consumidora. Dessa forma, o que foi idealizado para conter as pressões inflacionárias, serviu exatamente ao oposto, ou seja, passou a ser importante fator de recessão e, ao mesmo tempo, de inflação.

Finalmente, o próprio Governo Federal tem autorizado reajustes às suas Estatais, fora dos índices dispostos no mesmo Decreto, aliando este fato com outros que começam a pipocar pelo país, tais como a decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina e a concessão de reajustes maiores do que o previsto junto ao setor metalúrgico de São Paulo.

Entretanto, fica a saliência para a preocupação de se formular uma lei salarial justa e oriunda de profundos estudos que venham só beneficiar a população e que não seja fruto de um imediatismo político nesta época de sucessão presidencial.

Outrossim, é requerida a formalização do envio de cópia deste Requerimento às seguintes Federações:

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná;
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná;
- Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná;
- Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná;
- Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná;
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná;
- Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná;
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Paraná;
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná;
- Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística no Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Superintendente da Receita Federal nesta Capital, no sentido de agilização das devoluções do Imposto de Renda devidas a pessoas físicas contribuintes.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) IVAN GUBERT

#### JUSTIFICATIVA:

A voracidade fiscal do Governo Federal está documentada pelo fato de que a arrecadação do Imposto de Renda-Pessoa Física subiu mais de 300% enquanto a inflação não superou a casa dos 220% no período de um ano.

Não contenté com esse arrocho fiscal sobre o contribuinte, o Governo Federal ainda adota a prática de protelar as restituições de impostos a que têm direito os contribuintes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente endereçado a Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, recomendando a construção de Muro a proteger os alunos e o prédio da Escola Estadual D. Pedro I, do Distrito de Oroitê, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, sugerindo a construção de prédio ou por aquisição para o funcionamento do Posto de Saúde do Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

Iporã, cidade de médio-porte, necessita de um prédio com características próprias de Posto de Saúde dado que a sua população carente é superior à capacidade de atendimento das atuais condições. Isto prejudica o Posto que permanece em grandes filas e quando atendido não se satisfaz.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor Fabiano Campelo, Diretor Presidente da SANEPAR, contendo a sugestão de que determine a implantação e execução de sistema de abastecimento de água no Distrito de Cafezal, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O tipo do solo, altamente permeável, mais a descarga de dejetos do grupamento urbano bloqueando os

poços de água potável, torna-os impróprios ao uso humano, tudo isso somado demonstra um quadro a exigir o tipo de providência aqui espelhado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Fabiano Campelo, Diretor-Presidente da SANEPAR, contendo sugestão de implantação e execução de sistema de abastecimento de água para o Distrito de Oroitê, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O solo do noroeste do nosso Estado se constitui de arenito cauiá, bastante permeável, característica que torna impróprios os poços de água potável assim que aumenta o despejo de dejetos na concentração humana. É o caso em tela a exigir a melhoria social aqui pleiteada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte - Fernando Eugênio Ghignone, sugerindo a construção de uma cancha esportiva, com sistema de iluminação, no Distrito de Oroitê, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Os jovens, estudantes ou não buscam recreação na prática de esportes. E isso é saudável, é necessário à absorção de energias e de atenção mental. Façamos esta obra em favor dos jovens de Oroitê.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER, seja enviado expediente ao senhor Diretor Superintendente da EMOPAR, solicitando providências no sentido de que se inicie imediatamente a reforma prometida há mais de doze meses, na Escola Estadual Miguel Schleder — Ensino de primeiro Grau, na cidade de Morretes.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON BUFFARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O lamentável e precário estado em que encontra-se aquela unidade escolar, que abriga mais de 500 alunos é de verdadeira calamidade, pondo em risco a segurança dos professores e alunos, uma vez que está desabando, com as paredes rachadas, num estado inacreditável. A EMOPAR embora ciente da situação delicadíssima, até o presente momento nada providenciou.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Fabiano Campelo, Diretor Presidente da SANEPAR, sugerindo a implantação e execução de microssistema de abastecimento de água nos Distritos de Guaiporã, Vila Nilza e Jangada, todos do Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

As localidades aqui descritas, todas localizadas em região do arenito cauiá, sofrem a diminuição do uso próprio ao ser humano de seus poços de água potável pela poluição provocada pela filtração de dejetos. A continuar este estado de coisas, certamente aquelas populações serão atingidas por graves epidemias.

Façamos, há tempo, obras que reduzam esses riscos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando em regime de urgência os trabalhos de recuperação e melhorias no leito da rodovia que dá acesso ao Município de Marechal Cândido Rondon, bem como na PR-364 trecho de ligação entre os municípios de Terra Roxa - Palotina.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista uma série de acidentes provocados pela inexistência de acostamento e irregularidades no leito da rodovia que dá acesso ao Município de Marechal Cândido Rondon e no trecho da PR-364 entre Terra Roxa e Palotina, solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, dentro do possível, a restauração das citadas rodovias no mais breve espaço de tempo. Somente desta maneira poderá haver mais segurança aos que transitam nos determinados trechos, hoje uma calamidade devido a falta de conservação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando em regime de urgência a construção (complementação) do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Jundiá do Sul - Ribeirão do Pinhal, PR-218.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social Jarbas Passarinho, pedindo a imediata reabertura do posto de representação do INAMPS, na cidade de Cambé - PR.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

Desde o dia 13 de agosto o escritório de representação do INAMPS na cidade de Cambé - PR encontra-se de portas fechadas, por absoluta falta de recursos do representante de custear as despesas do escritório. Senão vejamos: o representante vinha recebendo 225 mil cruzeiros mensais pelo seu trabalho, enquanto arcava com uma despesa (aluguel, contador, luz, água, salário de ajudante) em torno de 300 mil cruzeiros, ou seja ele praticamente estava pagando para trabalhar. A se manter este estado de coisas dificilmente Cambé terá outro representante.

Neste sentido solicitamos do Senhor Ministro providências urgentes para solucionar este problema.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do Banestado - Banco do Estado do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que sejam estudadas as possibilidades visando a criação e instalação de um posto avançado no Distrito de São Vicente, pertencente a Municipalidade de Araruna.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Antônio Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e do Excelentíssimo Senhor Ortêncio M. Silva, Vereador, a presente reivindicação é por demais justa, uma vez que atualmente é bastante grande o número de pessoas que mantêm atividades bancárias e que residem no referido Distrito.

Outro fator importante que justifica a solicitação é quanto aos aspectos desenvolvimentistas pois o Distrito de São Vicente têm apresentado um considerável crescimento no que diz respeito aos fatores gerais da Municipalidade de Araruna.

Espera-se portanto, dessa Instituição financeira, juntamente com a Secretaria de Estado das Finanças, avaliem profundamente as reais possibilidades da implantação de um posto avançado do Banestado em São Vicente, por ser este o desejo do conjunto da população do referido Distrito, cujos porta-vozes são os citados nobres Vereadores integrantes do Legislativo Municipal Araruense.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente do IPE - Instituto da Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de estudos devidos objetivando avaliar as condições de se determinar a criação e instalação de uma agência do IPE para a Municipalidade de Moreira Sales.

É considerado muito grande o número de funcionários públicos estaduais existentes na cidade de Moreira Sales assim como na região. Tendo em vista esta realidade faz-se necessário oferecer melhores condições a essa classe trabalhadora, no que diz respeito a assistência médico-hospitalar.

Neste sentido, a Administração Municipal daquela cidade está solicitando que essa instituição previdenciária, em conjunto com a Secretaria de Estado da Administração, avaliem as condições de se criar e instalar uma agência do IPE em Moreira Sales, uma vez que, através da mesma, se evitará uma série de transtornos atualmente verificados em decorrência da falta de uma estrutura que possa atender aos funcionários, que obrigatoriamente têm que se deslocar para outros centros.

Visando contribuir para que a pretendida e justa reivindicação torne-se realidade, o Prefeito Municipal de Moreira Sales, conforme declaração em anexo, o Senhor Aldenizio dos Santos Maia, compromete-se em providenciar a localização onde funcionará a referida agência bem como designar o funcionário capacitado.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder do artigo sob o título "Moratória é Indispensável, Já", publicado pelo jornal "Hora do Povo", em sua edição do dia 11 de agosto, de autoria do Professor Nilso Araújo de Souza.

Da decisão plenária requerido se dê ciência ao diretor responsável pelo "Hora do Povo" e ao articulista Professor Nilso Araújo de Souza.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

## Projetos de Lei:

## PROJETOS DE LEI Nº 190/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído nos termos desta lei, o Programa Estadual de Arborização Urbana com Árvores Frutíferas - "FRUTA URBANA" a ser desenvolvido em caráter permanente mediante iniciativa de colaboração da população e entidades privadas como o Poder Público.

Art. 2º - O objetivo do Programa é implantar a arborização urbana por espécies de árvores e arbustos que, além de sua função ecológica, ornamental e de purificação do ar, sirva de alimento a população.

Art. 3.<sup>o</sup> — A nível estadual, o Poder Público coordenará o Programa através da Secretaria da Agricultura e esta, pela sua empresa de assistência técnica e extensão rural, além das outras vinculadas do sistema agrícola do Estado.

Art. 4.<sup>o</sup> — As Prefeituras Municipais coordenarão os trabalhos em cada município, solicitando auxílio às Entidades ligadas ao ensino ou às atividades agrônomicas, para a seleção das espécies frutíferas mais adequadas, de preferência nativas, em função, primordialmente, do clima, solo, altitude e época do plantio.

Art. 5.<sup>o</sup> — A população deverá ser convidada para participar de todas as fases de implantação do Programa e, cada família, instada a plantar e cuidar das árvores localizadas em frente à sua casa, sendo-lhes deferida a opção dentre as espécies disponíveis.

Parágrafo Único — O trato das árvores, colheita e distribuição dos frutos ficará a cargo da comunidade, que se autogestionará nesses trabalhos, nas respectivas ruas, praças ou outros logradouros públicos estimulando-se e treinando-se a participação coletiva.

Art. 6.<sup>o</sup> — As escolas da rede pública e privada, de qualquer nível de ensino, deverão realizar atividades integradas na orientação dos alunos, relativamente ao Programa, quando possível em suas próprias instalações, estimulando-se a produção de mudas e orientando-se os alunos quanto as espécies de árvores a serem plantadas e os cuidados necessários ao desenvolvimento e conservação das mesmas.

Art. 7.<sup>o</sup> — As sociedades de bairros, clubes de serviço, associações de classe, entidades religiosas, associações comunitárias em geral, devem ser convidadas para participar da campanha de divulgação do Programa e de motivação para seu incremento.

Art. 8.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Numa época em que a carência de alimentos se acentua a cada nova jornada, não, talvez, somente, por uma subprodução, mas certamente pela especulação desenfreada que faz com que os produtos básicos do consumo diário sejam destruídos tão somente para "fazer preço", é preciso conscientizar as populações rural e urbana, mas mais particularmente esta última, de que é necessário, na medida do possível, produzir alimentos mais baratos, ou no seu fundo de lote, ou mesmo atuando comunitariamente e utilizando para a planta, áreas cedidas por suas Prefeituras, ou mesmo locais públicos, onde o plantio de qualquer vegetal pode embelezar, mas sobretudo alimentar.

Além de tudo, todas as cidades têm uma preocupação no sentido de arborizar para fins estéticos suas vias públicas, com árvores exóticas normalmente, e também procurando dar um sentido mais ameno ao ordenamento urbano composto de suas ruas asfaltadas e seus prédios de concreto. Esta arborização, pois, poderia ser de árvores frutíferas, o que acabaria por proporcionar, não só um embelezamento maior, como também uma fonte de alimentos barata e bastante acessível ao grupo urbano.

Outro ponto importante a considerar é a participação da comunidade não somente sob o aspecto de resultados imediatos, pela colheita de

frutos para consumo e prática de hábitos com preocupação ecológica, como também o de estimular o cultivo de plantas frutíferas, com esses mesmos objetivos, mas já pela camada jovem da população de cada município, particularmente considerando-se que seus componentes serão os habitantes do amanhã. de cada uma dessas cidades e os cuidados que devemos ter com o seu futuro, especialmente levando-se em conta a característica, que determina o comportamento do homem de nossos dias, qual seja a da predação dos recursos naturais.

Vale a lembrança de que em nossos dias vivem crianças, e mesmo adultos jovens que, quiçá, não conhecem quantos tipos de frutas existentes, mas que eram largamente difundidos há poucos anos. Mas triste ainda é saber que nossas crianças jamais colheram uma fruta sequer, contribuindo, esse fato, para a perda da capacidade liberadora da sensibilidade, tão importante na formação do caráter adulto.

Finalmente, é importante salientar que tramita no Congresso Nacional projeto no mesmo sentido com características mais dramáticas, uma vez que vincula a liberação de recursos federais aos municípios somente com comprovação da aplicação do proposto naquela lei, de autoria do Deputado ARMANDO PINHEIRO, do PDS de São Paulo.

#### PROJETO DE LEI Nº 191/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres Santo Agostinho - ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus" — com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo da Educação e formação cultural, à comunidade e adjacências.

O seu profícuo trabalho já granjeou-lhe o reconhecimento público municipal através de Leis municipais que anexo apresentamos.

A documentação, que juntamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas na legislação estadual, pertinente à matéria.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza merecerá a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 192/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica declarado de utilidade pública a Sociedade Rural "Amigos do Bairro Paradão".

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro em Wenceslau Braz, desde sua fundação em 23 de julho de 1983,

sem visar vantagens financeiras para sua Diretoria ou associados, vem procurando sob todos os meios possíveis integrar e dinamizar as ações da comunidade, objetivando maior desenvolvimento social, cultural e econômico.

Na área agrícola, a sociedade tem se proposto a divulgar novas técnicas, instrumentos e máquinas, auxiliando os associados no preparo de terras. Vem ainda: armazenando e comercializando safras; orientando na formação de pastagens e na melhoria de qualidade de rebanhos; incentivando na produção de laticínios caseiros; promovendo reflorestamentos, plantio de cítricos, banicultura e apicultura, formação de hortas, concursos de produtividade de nossos principais produtos como o feijão, milho, arroz, tomate, etc. Também orienta seus associados nas escriturações e créditos agrícolas e, encaminha jovens para o Colégio Técnico-Agrícola.

Além do setor agrícola, a Sociedade vem dando prioridade: a orientação de conservação de estradas para melhor escoamento de safras; captação e tratamento de águas potáveis; construção de quadras de esportes, creche e ambulatório médico; promoção de alfabetização de adultos, palestras culturais, planejamento sanitário, cursos de primeiros socorros, campanhas de vacinações, convênios com hospitais e maternidades e, palestras projetando a mulher na evolução física, social, cultural e familiar.

Assim sendo, comprovadamente a Sociedade Rural "Amigos do Bairro Paradão" preenche plenamente os requisitos essenciais para o reconhecimento público que ora propomos e apresentamos à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando seu apoio e devida aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lendo o matutino "Gazeta do Povo", edição de hoje, eu confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fiquei estarecido pelas declarações atribuídas ao Deputado federal, Alceni Guerra, para mim, uma declaração, se partindo dele, inacreditável e estarecedora.

A insensatez, a irresponsabilidade e a insensibilidade, eu quero ressaltar, se partiram dele radicais declarações, são inaceitáveis por esta Casa.

Paulo Maluf jamais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, usaria de expedientes escusos, de propostas desonestas, como essa que ele insinua que Paulo Maluf usaria com três dos mais honrados Deputados com assento nesta Casa. Não os defendo; eles se defenderão por si, e as pessoas dos Deputados acusados, atingidos defendem-se pelo nome, pela postura, pelo passado de que eles são portadores. São políticos da melhor e da maior qualidade. Eu não posso conceber tanta insensatez, se é que como declara o jornal "Gazeta do Povo" tivessem partido do Deputado Alceni Guerra.

Evidentemente, Maluf quer os votos dos Srs. membros do Colégio Eleitoral. Não desta forma, pois Maluf não suborna e não corrompe, e os Srs. Deputados não se deixam subornar e nem corromper.

Portanto, eu quero, como talvez o Deputado

menos qualificado, menos indicado, não para defendê-los, pois eles defendem-se por si, como já disse, e eles têm uma bagagem de serviços prestados a este Estado, das mais conceituadas, portanto, esta Casa sente-se denegrida com as acusações supostas do Sr. Alceni Guerra. Quem votar em Paulo Maluf, votará conscientemente; pela sua capacidade de trabalho, pelo seu passado de um estadista dos maiores deste século. Quem votar em Paulo Maluf vota, pela garra que ele tem, pela vontade férrea, indômita que ele tem de tirar este País da situação em que se encontra.

Jamais eu poderia admitir que o Sr. Maluf tentasse corromper e jamais ainda, que os Srs. Deputados mencionados deixassem corromper.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria de rechaçar com veemência notícias tendenciosas, maliciosas e mentirosas publicadas em jornais de hoje. Notícias afirmando, que este Deputado, mais o Deputado federal Artagão de Mattos Leão Filho, o Deputado Estadual Anibal Khury, já estariam acertados com o Deputado Federal Paulo Maluf.

Não sabemos a quem atribuir essa notícia, porque hoje, pela manhã, recebemos em nosso gabinete, um telefonema, de uma pessoa que se intitulava ser o Deputado Federal, Alceni Guerra, e este afirmava que não teria dado essas declarações.

Nós esperamos que o Deputado Federal Alceni Guerra reúna os Srs. jornalistas, e, realmente, desmintas essas notícias, porque não conhecemos pessoalmente esse Deputado e, nem brincando afirmamos que votaríamos no Deputado Federal Paulo Maluf.

Somos pessoas coerentes, aqui na Assembléia Legislativa, sempre adotamos uma postura que achamos correta, e nunca trabalhamos na escuridão como certas pessoas o fazem, procurando pichar pessoas dignas e escondendo a si próprios, procurando esconder-se, para que a verdade não venha à tona.

Portanto, deixamos claro, aos companheiros Deputados e aos Srs. jornalistas que cobrem esta Casa, e que procuramos e que esperamos que, amanhã, esta nossa declaração tenha o mesmo destaque que as declarações publicadas no dia de hoje, portanto, aqui fica, Srs. Deputados, o nosso desmentido veemente, particularmente em meu nome pessoal, e em nome do Deputado Federal Artagão de Mattos Leão Filho.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez o Ministério da Previdência, através do INPS, demonstra o descaso com a população. Nesses dias, foram fechadas as portas do



Escritório de Representação do INPS, no Município de Cambé, e a orientação recebida por parte dos dirigentes da Previdência, no Paraná, foi de que, a população cambense deve procurar, na cidade de Londrina, o encaminhamento das suas necessidades, de saúde, de aposentadoria, dos benefícios enfim que, de direito os beneficiários têm. Nós estamos, na data de hoje, nos solidarizando com as autoridades e a população de Cambé, que exigem urgentes providências no sentido de que seja reaberto aquele Escritório de Representação, através de um Requerimento, que solicitamos que a Assembléia Legislativa deste Estado se manifeste a respeito, perante o Ministro da Previdência e a sua representação no Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Também é nossa intensão, ao usarmos a palavra nesta tarde, fazermos o registro e a solicitação de que seja, nos Anais da Casa, transcrito o documento de autoria do Professor Newton Freire Maia que, na manhã de ontem foi entregue ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, de, uma discussão a respeito do tema CONTROLE DA NATALIDADE, ou seja, as iniciativas que vêm ocorrendo, antinatalistas, ocorrendo no Estado, travestidas de planejamento familiar, paternidade responsável, mais abertamente, de, eugenia, de campanha de eugenia, ou, de esterilização de mulheres.

Esse documento, de autoria do Professor Newton Freire Maia, analisa com propriedade e com espírito e com o conhecimento científico que o autor possui, as verdadeiras razões, origens e fins com que vem a público hoje, no Paraná, a campanha de eugenia.

Quando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós observamos uma invertida, nesses últimos meses, em torno do tema CONTROLE DA NATALIDADE como a própria revista "VEJA", nesta semana nas suas Páginas Amarelas traz, o posicionamento do Sr. Brigadeiro Waldir Vasconcellos, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em que, admite um posicionamento favorável ao controle da natalidade, embora travestido sob o tema de Planejamento Familiar, mas que, pela própria descrição do que pensa ser planejamento familiar, dentro da sua ótica, de todo o enfoque antinatalista, ou seja, com aquela interpretação antiga de que as causas fundamentais do subdesenvolvimento da nossa Nação, decorre do elevado número de pobres e das elevadas taxas de natalidade. Aliás, elevadas taxas, entre aspas, uma vez que hoje já se comprova pelos censos e pelas estimativas, que as taxas de natalidade no país são inferiores às da década de quarenta.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nosso interesse, era simplesmente, o documento é mais ou menos extenso, requer que seja transcrito nos Anais da Casa, como documento de importância dentro desse tema que ainda vai perdurar por algum tempo na nossa vida política paranaense.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Deputado Tércio Albuquerque, no Pequeno Expediente.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De há longo tempo eu conheço e convivo com a família Mattos Leão. Tenho certeza absoluta, que os dois Deputados, Federal e Estadual, que fazem parte como líderes da política estadual, jamais se deixariam corromper. Vomo também, conheço o Deputado Anibal Khury. Acredito que as notícias veiculadas na imprensa no dia de hoje, contra Artagão de Mattos Leão e Anibal Khury, não têm fundamento. São dois políticos livres que deverão votar no Colégio Eleitoral em Paulo Maluf ou em Tancredo Neves. Isto dentro de que eles acharem melhor para a política brasileira e para a política paranaense.

Defendo, igualmente, o Deputado Alcení Guerra, por conhecer a lisura deste Deputado. Acredito que a notícia de hoje, não foi elaborada no gabinete do Deputado Alcení Guerra. Deve estar acontecendo, alguém que está fabricando notas em nome de Parlamentares para criar atritos políticos ou para denegrir algum político paranaense.

Vamos, ao final desta sessão, conversar com o Deputado Alcení Guerra; se assim conseguirmos, para tirar a dúvida que tenho com referência à nota hoje publicada na imprensa paranaense. Tenho certeza absoluta, que a notícia que saiu em nome do Deputado Alcení Guerra não pode ser verdadeira, porque assim ele estaria qualificando outros dos seis Parlamentares paranaenses que estão indo ao Colégio Eleitoral.

Conhecedor profundo que sou, do ex-Senador João de Mattos Leão, de uma família brilhante, de uma família rica, não precisava nenhum dos seus sobrinhos Artagão ou Aragão, vender o seu voto a quem quer que seja, quanto menos em um Colégio Eleitoral onde o voto tem que ser livre e além do mais o voto é aberto, não há segredo, e Artagão de Mattos Leão, e Aragão e o Deputado Anibal Khury têm direitos, se quiserem de votar em Paulo Maluf, ou em Tancredo Neves, sem precisar vender a sua consciência, sem precisar trair a sua própria consciência e o seu próprio desejo.

Portanto, nós haveremos de verificar a autoria da notícia hoje publicada, porque entendemos e o dever me traz à tribuna para defender o Artagão, ou Anibal Khury e até mesmo o meu companheiro, Deputado Guerra, que tem sido namorado, que tem sido procurado pela Frente Liberal Brasileira.

E nós acreditamos ainda que o Deputado Guerra ouvirá suas bases como prometeu em discurso na última reunião acontecida no Diretório Regional do PDS paranaense, que garantiu que ouviria suas bases e os seus companheiros de partido, antes de deliberar finalmente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Não havendo orador inscrito no Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB. Está com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — (Lê):



"A criança gozará proteção especial, e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e normal, e em condições de liberdade e dignidade. Na promulgação de leis visando a este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os interesses superiores da criança."

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

"O trecho que acabo de ler, trata-se do 2º Princípio de Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembléia das Nações Unidas em 20/11/59, e de acordo com a Declaração dos Direitos da Criança enunciada em Genebra em 1.924, e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um dispositivo deste teor e de tão elevados antecedentes e previsões, que objetiva a conceder à criança uma justificada proteção, inclusive legal, antes do nascimento, não deveria jamais ser abandonado pelo esquecimento ou indiferença; a humanidade deve à criança os seus mais tenazes esforços, a fim de que, através de uma infância bem sucedida, possa vir a servir a sociedade no seio da qual se integra.

Por esta razão, em todo o Mundo há uma preocupação constante com a criança, preocupação esta coroada com a criação de dispositivos legais e outros, como por exemplo, criação de instituições que visem a atingir aqueles fins. No Brasil, entre outras a FUNABEM, a nível Federal, foi o órgão que formulou e passou a conduzir a Política Nacional do Bem-Estar do menor, passando a encará-lo como um indivíduo carente de determinados bens indispensáveis a todo ser humano, tais como abrigo, roupa, alimentação, afeto e educação.

Porém os objetivos da FUNABEM, nunca foram atingidos efetivamente, seja porque a entidade tentou alcançá-los através de uma postura meramente assistencialista, a qual não fornece ao indivíduo a consciência crítica necessária à sua própria recuperação, seja pelo crescente descaso, materializado pela diminuição de verbas para o setor.

Foi também sob estes auspícios que surgiu o I.A.M., o qual passou a dotar desde logo a linha de ação encetada anteriormente pela FUNABEM. No entanto, através da verificação constante de suas atividades, e mais acentuadamente nos últimos meses, passou o órgão estadual Instituto de Assistência ao Menor a desenvolver trabalho baseado em concepção pedagógica-educativa.

Apesar destas duas instituições, Federal e Estadual, dedicarem a totalidade dos seus membros e verbas ao menor carente, o que vem se verificando é um crescente decréscimo dos índices de concreta assistência e educação àqueles, por absoluta falta de meios, retrato cruel da crise aguda por que atravessa a Nação abatendo-se indiferente sobre estes seres, desde o nascimento marginalizados.

Mas, atualmente, começa a ficar praticamente impossível a continuação de quaisquer trabalhos comprometidos em integrar à sociedade todo este grande contingente, que não tem culpa da situação violenta em que se encontra. Eles, que são as vítimas e marcas vivas da sociedade hostil e concentradora em que nasceram, não tem mais condições de sobreviver nem através das instituições e pessoas que se dispõem a, com seu trabalho, oferecer-lhes o que nunca tiveram.

E uma prova dramática desta afirmação,

chegou-me às mãos na semana que passou; num gesto último de abnegada dedicação, o Presidente dos Serviços de Obras Sociais e Centro de Integração do Menor Carente - SOS-CEMIC do Município de Sertãoópolis encaminhou à Presidência da FUNABEM, ofício relatando as imensuráveis dificuldades daquele órgão vinculado ao IAM, o qual paulatinamente vem recebendo uma verba menor - mensalmente.

Segundo o Sr. Damião Benassi, Presidente daquela instituição municipal, o montante "per capita" mensal é da ordem de Cr\$ 4.225,00; tal quantia que representa por sua inviabilidade, uma afronta aos princípios básicos inscritos na Declaração dos Direitos da Criança, faz desanimar todos quantos têm colaborado para a manutenção desta entidade e de similares, que identicamente lutam com falta de verbas; todos nós temos bem consciente que tal quantia não dá nem para alimentar uma criança condignamente durante três dias.

Um outro problema com que tais entidades vêm se debatendo, é contra a não isenção do pagamento do INPS, pagamento que além de onerá-las em demasia, haja vista a situação depauperante em que se encontram, vem comprometer as suas magras e insuficientes reservas. No trato com problemas sociais, há que se ter, acima de tudo, coerência de princípios, fator que parece estar faltando aos poderes constituídos, tanto a nível estadual como federal.

Em decorrência de tudo o que tive a oportunidade de expor desta tribuna, finalizo comunicando a Vossas Excelências, que estou encaminhando à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, ao IAM, à FUNABEM e ao Ministério da Previdência e Assistência Social, solicitação, reiterando os termos deste pronunciamento e propugnando pela retomada da preocupação com o menor e com as instituições que os protegem, para que consigamos sanar estas e outras aberrações, que distorcem a verdadeira função social que as justificam".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço restante.

O SR. RUBENS BUENO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, pela quarta sessão consecutiva eu reclamo da Mesa, que faça cumprir o Regimento Interno e coloque na Ordem do Dia os projetos de lei, de resolução que tramitam nesta Casa, de minha autoria e de outros Deputados, para os quais esta Plenária concedeu Regime de Urgência.

Ressalto o primeiro projeto apresentado nesta Assembléia, por meu intermédio, a pedido da Bancada do PMDB, que é o Projeto de Resolução nº 01/83, que dá nova redação ao Artigo 73 do Regimento Interno,

o famoso "Projeto da Tribuna Livre", que desapareceu nas mãos da Comissão Executiva da Assembléia.

O Projeto de Resolução n.º 01/84, que acaba com a vergonhosa utilização de placas sigilosas por parte deste Poder, que também desapareceu nas Comissões desta Assembléia e o projeto de resolução que assegura o direito de readmissão no Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aos funcionários estatutários demitidos a qualquer título entre 01 de 01 de 64 a 01 de 01 de 70, e é um projeto que pretende viabilizar a readmissão do funcionário injustamente demitido num período drástico do autoritarismo que assumiu o Poder em 64.

Não são só estes projetos. Tenho relacionado nas Questões de Ordem que anteriormente levantei uma série de outros projetos de minha autoria e da autoria de outros Deputados, como do Deputado Gabriel Sampaio, que pretende por fim à mordomia automobilística por parte do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Tudo isto, Sr. Presidente, parece que encontra obstáculo por parte da estrutura administrativa da Casa pela qual esta Mesa é responsável. E por parte das Comissões. Esta situação não pode se manter. Sou um Deputado que vim aqui para trabalhar e estou pedindo o apoio da Mesa para poder desempenhar o meu mandato. Espero que não tenha que repetir na próxima sessão mais uma vez esta Questão de Ordem, porque pretende repeti-la até que o último projeto em Regime de Urgência surja na Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa gostaria de comunicar, respondendo à Questão de Ordem, que nós eventualmente ocupando o cargo de Presidente, iremos entrar em contato com o titular da Casa, para que ele tome as providências. Já não cabe ao Segundo Vice-Presidente elaborar a Ordem do Dia, mas fará um apelo ao Presidente da Casa, para que coloque na Ordem do Dia.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, solicitamos a palavra Pela Ordem, para ficarmos ao lado do Deputado Roberto Requião.

É impossível, quando tramita na Casa um projeto, é aprovado em Regime de Urgência, e até agora não chega à Ordem do Dia, o Deputado tem reclamado diariamente... somos solidários com o Deputado. É impossível. Nós requeremos de Vossa Excelência que urgencie, de uma vez por todas, que se coloque na Ordem do Dia os projetos de autoria do Deputado Roberto Requião e outros, que estão em Regime de Urgência.

Não é possível mais acontecer isto na Assembléia Legislativa do Estado. Não podemos por em dúvida a Mesa da Casa, nem os funcionários, mas que alguém está boicotando o Deputado Roberto Requião, está claro e patente que está acontecendo isto na Casa.

Portanto, a Bancada do PDS é solidária com o Deputado Roberto Requião.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/84, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Braganey, visando a execução de obras para recuperação de estradas no referido município (Mensagem n.º 07/84).  
Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de BRAGANEY, visando a execução de obras para a recuperação de estradas no referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 26/84, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de Icaraíma e Jaguariaíva, datados de 15 de dezembro de 1980 e 22 de maio de 1981, respectivamente, objetivando a realização de promoções com vistas a ensejar a melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado. (Mensagem n.º 08/84). — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de ICARAÍMA e JAGUARIAÍVA, datados de 15 de dezembro de 1980 e 22 de maio de 1981, respectivamente, objetivando a realização de promoções com vistas a ensejar a melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 27/84, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná,

através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios - FAMEPAR, e os Municípios de Bom Sucesso, n.º 060/83, em 08 de dezembro de 1983, Guaraniaçu n.º 097/83, em 08 de dezembro de 1983 e Piên n.º 172/83, em 30 de novembro de 1983, objetivando aplicação de recursos financeiros do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS", nos referidos municípios (Mensagem n.º 09/84. - Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios - FAMEPAR e os Municípios de BOM SUCESSO n.º 060/83, em 08 de dezembro de 1983, GUARANIAÇU n.º 097/83, em 08 de dezembro de 1983 e PIÊN n.º 172/83, em 30 de novembro de 1983, objetivando aplicação de recursos financeiros do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS", nos referidos municípios.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Resolução n.º 28/84, que aprova Convênios celebrados em 30/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e os municípios adiante relacionados: Bituruna n.º 58/83, Boa Esperança n.º 59/83, Nova Fátima n.º 156/83, Nova Londrina n.º 157/83, São Carlos do Ivaí n.º 216/83, São João do Caiuá n.º 219/83, Uraí n.º 246/83 e Cianorte n.º 288/83, objetivando a aplicação de recursos financeiros do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA A ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS", nos referidos municípios. (Mensagem n.º 12/84. - Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 30 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios - FAMEPAR, e os Municípios adiante relacionados: BITURUNA, n.º 58/83, BOA ESPERANÇA, n.º 59/83, NOVA FÁTIMA, n.º 156/83, NOVA LONDRINA, n.º 157/83, SÃO CARLOS DO IVAÍ, n.º 216/83, SÃO

JOÃO DO CAIUÁ, n.º 219/83, URAÍ, n.º 246/83 e CIANORTE, n.º 288/83, objetivando a aplicação de recursos financeiros do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA A ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS", nos referidos municípios.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Resolução n.º 29/84, que aprova Convênio celebrado em 16/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Terra Boa, objetivando tornar viável a instalação de um Viveiro de Mudanças de Café, no referido município. (Mensagem n.º 13/84). - Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de TERRA BOA, objetivando tornar viável a instalação de um Viveiro de Mudanças de Café, no referido município.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 149/84, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar com o Município de Ibiporã, as datas de terreno n.ºs 13 e 14, da Quadra 55, pelas Datas n.ºs 3 e 4, da Quadra 33-A, conforme especifica. (Destinadas à construção da nova Delegacia de Polícia). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 149/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar as datas de números 13 e 14, da Quadra 55, com área de 1.413,75m², contendo o prédio da antiga Delegacia de Polícia, de propriedade do Estado do Paraná, objetos das Matrículas n.ºs 2797 e 2798, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de IBIPORÃ, pelas datas n.ºs 3 e 4, da Quadra 33-A, com área de 2.781,25m², de propriedade do Município de Ibiporã, objeto da Matrícula n.º 4304, do Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca, todas situadas na sede do referido município.

Art. 2.º - As datas de terras n.ºs 3 e 4, da quadra 33-A, referidas no artigo anterior, serão destinadas à construção da nova Delegacia de Polícia.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 149/84

PARECER:

O presente plano de lei, Mensagem Governamental nº 121/84, autoriza o Poder Executivo a permutar as datas números 13 e 14, da Quadra 55, com área de 1.413,75m<sup>2</sup>, contendo o prédio da antiga Delegacia de Polícia, de propriedade do Estado do Paraná, objetos das matrículas nºs 2797 e 2798, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã, pelas datas números 3 e 4, da Quadra 33-A, com área de 2.781,25m<sup>2</sup>, de propriedade do Município de Iporã, objeto da matrícula nº 4304, no Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca, todas situadas na sede do referido município.

A presente permuta é feita para que se possibilite a construção da nova Delegacia de Polícia de Iporã.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e a constitucionalidade da matéria, nada temos a opor à normal tramitação do presente plano de lei pelos demais Órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente  
HERMAS BRANDÃO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 54/84, (Mensagem nº 66/84, ex-Proposição nº 69/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 16/01/84, e o Município de Araucária, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a realização da 8ª Festa do Pêssego e do Ovo e da IV FAIAL, com vistas a ensinar a melhoria da produção e da produtividade agrícola da região. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 55/84 (Mensagem e ex-Proposição nº 70/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo nº 05/83, de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 43/83, celebrado em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de PIÊN, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 56/84, (Mensagem e ex-Proposição nº 71/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 100/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de MARIÁLVIA, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 57/84, (Mensagem e ex-Proposição nº 73/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos

de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/84, (Mensagem e ex-Proposição nº 75/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sadalla Aziz Domingos, ocorrido no dia 13 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geremias Tomadon, residente no Município de Campo Mourão. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alírio Trombini, ocorrido no Município de Campo Mourão. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 101/83, que estabelece concessão de direito real de uso para terras públicas urbanas. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Especial, composta por cinco Membros, destinada a opinar a respeito do Projeto de Resolução nº 130/84, que institui o novo Regimento Interno da Casa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a criação e instalação de um posto avançado no Distrito de São Vicente, Município de Araruna. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação e execução de microssistema de abastecimento de água nos Distritos de Guaiporã, Vila Nilza e Jangada, no Município de Iporã. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação e execução de sistema de abastecimento de água para o Distrito de Oroitê,

Município de Iporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação e execução de sistema de abastecimento de água no Distrito de Cafezal, Município de Iporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e melhorias no leito da rodovia que dá acesso ao Município de Mal. Cândido Rondon, bem como na PR-364, trecho de ligação entre os Municípios de Terra Roxa - Palotina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo construção (complementação) do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Jundiá do Sul - Ribeirão do Pinhal - PR-218. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Moratória é Indispensável, Já", publicado pelo jornal "Hora do Povo". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção de muro para proteger os alunos e o prédio da Escola Estadual D. Pedro I, do Distrito de Oroitê, Município de Iporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma cancha esportiva, com sistema de iluminação, no Distrito de Oroitê, Município de Iporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de prédio ou por aquisição para o funcionamento do Posto de Saúde do Município de Iporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo providências no sentido de apressar a supressão do Decreto n.º 2065, que trata da atual política salarial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a criação e instalação de uma agência do IPE para o Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da Receita Federal.

encarecendo agilização das devoluções do imposto de renda devidos a pessoas físicas contribuintes. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Capitão da Seleção Brasileira de Futebol, pela brilhante conquista da medalha de prata nas Olimpíadas de Los Angeles. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a reabertura do posto de representação do INAMPS no Município de Cambé. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, encarecendo reforma na Escola Estadual Miguel Schleder, Ensino de 1.º Grau, no Município de Morretes. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/84.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 54, 55, 56, 57 e 59/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 57/83 e 124/83. e dos Projetos de Resolução n.ºs 60 a 72/84.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GERNOTE KIRINUS, EM SESSÃO DO DIA 16 DE AGOSTO DE 1984.**

**"Moratória é Indispensável, Já**

Jornal "Hora do Povo", S.P.  
11/08/84, Edição n.º 155

O fantasma da insolvência externa, da recessão e do recrudescimento inflacionário continua assombrando a economia nacional e, portanto, segue, na ordem do dia a luta sem quartel contra a política de submissão ao FMI e aos banqueiros internacionais. O rompimento com a subordinação ao FMI e a decretação da moratória da dívida externa — duas faces da mesma política de reconquista da soberania nacional constituem passo indispensável para a retomada do desenvolvimento. (Do que se trata não é, certamente, de romper com o FMI enquanto instituição, mas de romper os atuais acordos impostos por aquela instituição, além de adotar a posição soberana de jamais permitir que ela venha a interferir nos assuntos internos de nosso País).

Contamos atualmente com as condições mais favoráveis para dar esse importante passo. Antes de mais nada, ~~amadurecem~~ **amadurecem** em toda a América Latina as condições e a

consciência da necessidade de uma ação concentrada visando a resolver o problema da dívida de forma soberana. É sintomático que, quase simultaneamente, vários países da região decretam a moratória e se negam a aplicar a política do FMI, enquanto os maiores devedores da região, além de protestarem conjuntamente contra a elevação dos juros, realizam reuniões onde se discute a solução do problema da dívida.

Diante de uma ação dessa envergadura, cai por terra o argumento de que a moratória leva à retaliação pelos países credores: só a loucura levaria esses países a abrir confronto com um Contingente inteiro.

### BEIRANDO O RIDÍCULO

Ainda que houvesse retaliação, o Brasil conta hoje com melhores condições do que antes para enfrentá-la à altura. Afirmava-se que, como não possuíamos reservas cambiais para suprir as compras externas emergenciais e como ainda dependíamos muito de importação de produtos essenciais, a decretação da moratória, ao provocar retaliação, levaria o País ao colapso econômico, pois nos faltariam petróleo e outros insumos essenciais importados. Se já não possuía validade antes, hoje esse argumento beira o ridículo.

Em primeiro lugar, a indústria instalada no País reduziu fortemente sua dependência de insumos importados nesse período recessivo. Seu coeficiente de importação — expresso na relação entre o valor da demanda de importação e o valor bruto da produção — caiu de 6 por cento em 1979 para três por cento em 1983. De 1980 a 1983, a indústria de transformação reduziu suas importações em 44,8 por cento. É certo que isso ainda não significa uma redução estrutural da dependência, pois, apesar de parcialmente derivar-se de substituição de importações, essa diminuição de demanda importada ainda decorre essencialmente da queda da produção industrial provocada pela recessão. Isso significa que, com a retomada do crescimento econômico, as importações voltariam a crescer, só que como houve processo parcial de substituição de importações, o fariam a ritmo bem moderado. Por outro lado, o baixo coeficiente de importações sugere que, de imediato, eventuais retaliações teriam efeito quase nulo no funcionamento da nossa economia, a dependência estrutural irá diminuindo na medida em que as melhorias de recuperação forem acompanhadas de agressiva política de substituição de importações.

### CONDIÇÕES PROPÍCIAS

No caso do petróleo, é claro o processo de substituição de importação por produção interna ou por outros sucedâneos, como o álcool, combustível. Em 1979, o gasto líquido com suas importações era de US\$ 6,1 bilhões, o que correspondia a 40 por cento da receita com exportações; neste ano, está orçado em US\$ 4,2 ou seja, menos de 20 por cento das exportações prováveis. Isso porque o País, além da criação do sucedâneo já produz 500 mil barris/dia de petróleo - 54 por cento do consumo interno de 914,7 barris/dia. Não há dúvida de que a outra parte poderá ser obtida mediante trocas bilaterais — mecanismo que já vem sendo largamente utilizado, mas que o governo brasileiro se comprometeu, junto ao FMI, a desativar. No ano passado, já se obtinham, por troca, 150 mil barris por dia e havia várias negociações em curso para aumentar esse tipo de transação.

Por fim, como mais uma arma, a nosso favor, contamos hoje segundo se noticiam as autoridades governamentais, com uma liquidez de caixa cambial em torno de US\$ 4 bilhões. Não se trata de reserva cambial "efetiva", pois não é produto de superávit comercial — pois este tem sido todo transferido para as mãos dos banqueiros — ou de empréstimos de médio ou longo prazo. Trata-se em verdade, de retenção indireta dos créditos de curtíssimo prazo obtidos para operar as transações comerciais. Isso significa que, caso não os utilizemos a tempo, poderão evaporar-se rapidamente no giro dessa dívida, retornando às mãos dos banqueiros internacionais. Em lugar de serem usados como instrumento de nossa soberania, poderão sê-lo como instrumento de opressão e espoliação por parte do capital financeiro internacional. As grandes decisões em gestão, haverão de enterrar essa alternativa e viabilizar o aproveitamento soberano, democrático e justo que o povo inteiro aspira.

### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1984.

(Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Nelson Vasconcellos.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Não havendo expediente a ser lido, nem Oradores inscritos,  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Senhores Deputados.



Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia: conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução nº 30/84, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 14/06/84, e o Ministério da Agricultura, com a interveniência da Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural - EMBRATER e Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR., objetivando disciplinar o apoio e a integração do Ministério e do Estado, para o desenvolvimento de atividades nas áreas de extensão rural e da assistência técnica, com vistas à melhorias da qualidade de vida do homem rural. (Mensagem nº 15/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/84**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 14 de junho de 1983, e o Ministério da Agricultura, com a interveniência da Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural - EMBRATER e Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR., objetivando disciplinar o apoio e a integração do Ministério e do Estado, para o desenvolvimento de atividades nas áreas de extensão rural e da assistência técnica, com vistas à melhoria da qualidade de vida do homem rural.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução nº 31/84, que aprova o Convênio celebrado em 16/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Paranavaí, objetivando regular a ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município. (Mensagem nº 17/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/84**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 16/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Paranavaí, objetivando regular a ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução nº 32/84,

que aprova Convênio celebrado em 30/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Cambé, objetivando a realização da "VIII Exposição Agrícola de Cambé". (Mensagem nº 18/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Cambé, objetivando a realização da "VIII Exposição Agrícola de Cambé".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução nº 33/84, que aprova Convênio nº 95/SG/83, celebrado em 07/12/83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná. (Mensagem nº 19/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio nº 95/SG/83, celebrado em 07 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução nº 34/84, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os Municípios adiante mencionados: Santo Antônio da Platina datado de 12/04/83; Umuarama datado de 20/04/83; Porto Amazonas datado de 04/07/83; Campina Grande do Sul e Piên datados de 10/08/83; Ponta Grossa datado de 27/09/83; Matelândia datado de 03/10/83, objetivando a realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulos à agropecuária, nos referidos Municípios. (Mensagem nº 20/84). **Aprovado.**



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os Municípios adiante mencionados: Santo Antônio da Platina datado de 12/04/83; Umuarama datado de 20/04/83; Porto Amazonas datado de 04/07/83; Campina Grande do Sul e Piên datados de 10/08/83; Ponta Grossa datado de 27/09/83; Matelândia datado de 03/10/83, objetivando a realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulos à agropecuária, nos referidos Municípios.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI

Relator

GILBERTO CARVALHO

Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.